

Restrições às Atividades Minerárias em Áreas
de Proteção Permanente e Unidades de
Conservação de Uso Sustentável para o Plano
Duo-decenal de Geologia, Mineração e
Transformação Mineral

Oficina Participativa

01 de outubro de 2009

“Tudo é venenoso, nada é venenoso. É uma questão de dosagem” – Paracelsus

Sumário

Comentários Iniciais e Contexto.....	4
Apresentações.....	5
Fernando Lins – Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e Coordenador da Secretaria Executiva para Elaboração do PDGMT 2010-2030.....	5
Claudio Scliar – Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.....	5
Maria Amélia Enríquez – integrante da Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho para Elaboração do PDGMT 2010-2030	7
Maria José Gazzi Salum – (Coordenadora Técnica da Oficina) Diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração	8
Luís Tadeu Assad – (Moderador).....	8
Debate, identificação e priorização de temas.....	10
Atividades Minerárias em Áreas de Preservação Permanente.....	10
Atividades Minerárias em Unidades de Conservação de Uso Sustentável.....	17
Grupos de Trabalho.....	21
Grupo de Trabalho de Curto Prazo (5 anos)	21
Grupo de Trabalho de Médio/Longo Prazo (20 anos).....	23
Avaliação e Próximos Passos.....	24
Encaminhamentos.....	25
Anexos.....	26
Anexo I: Apresentação Maria Amélia Enríquez.....	26
Anexo II: Apresentação Luís Tadeu Assad.....	28
Anexo III: Tabela de orientação para os trabalhos em grupo	30
Anexo IV: Lista de Participantes.....	31
Anexo IV: Lista de Participantes	31

Comentários Iniciais e Contexto

A metodologia do Plano Duo-decenal de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – PDGMT 2010-2030, com previsão de ser concluído nos próximos oito meses, consta de diversas ações, incluindo: análise dos Planos anteriores, estudos temáticos recentes, realizados, patrocinados ou apoiados pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM, Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Serviço Geológico do Brasil – CPRM; desenvolvimento e análise de estudos ainda curso, como os relatórios contratados pelo projeto ESTAL/Banco Mundial à consultoria J. Mendo e consultas participativas envolvendo diversos segmentos e instituições com interface no setor.

Todos esses relatórios somarão um conjunto de informações detalhadas com cerca de 6.000 páginas. Uma boa parte destes estudos será complementada por oficinas participativas com dezenas de segmentos específicos do setor mineral, instituições públicas e organizações do terceiro setor, para fins de realização de consultas, recebendo críticas e sugestões e subsidiando os tomadores de decisão para a elaboração deste Plano.

Abordando os aspectos mais relevantes do setor mineral, o Plano parte da realidade atual para lançar projeções que alcançam o ano de 2030, examinando variáveis complexas, sejam internas ou externas, que balizam o conhecimento geológico, a indústria mineral como um todo, a relação do setor com a sociedade e o meio ambiente e, ainda, a primeira transformação dos recursos minerais nas próximas duas décadas.

A etapa oitava do processo de elaboração do PDGMT 2010-2030 divide-se em dois sub-objetivos: o primeiro consiste na realização de oficinas temáticas e participativas – com representantes do setor, da sociedade civil organizada e de instituições do governo direta ou indiretamente relacionadas com o tema, equivalentes a consultas públicas, para a identificação e discussão de pontos-chave para o debate que enriquece a elaboração do Plano. O segundo sub-objetivo baseia-se na construção de cenários para o setor, a partir da participação de representantes de áreas distintas do conhecimento, com visões diferentes da sociedade e do mundo (posturas ideológicas) e, se possível, de diferentes regiões do país.

Este documento relata a 1ª oficina temática que abordou as **Restrições às Atividades Minerárias em Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação de Uso Sustentável**, realizada no Ministério de Minas e Energia no dia 1 de outubro de 2009, com a participação de 33 representantes de diversos setores afetos ao tema.

Apresentações

Fernando Lins – Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e Coordenador da Secretaria Executiva para Elaboração do PDGMT 2010-2030

Fernando Lins agradeceu a todos pela presença na primeira de dez oficinas temáticas a serem realizadas no Ministério de Minas e Energia, no âmbito do Grupo de Trabalho e Secretaria Executiva encarregados da elaboração do PDGMT 2010-2030, ressaltando a satisfação com a representatividade dos atores presentes e a certeza de bons resultados.

Lins explicou brevemente que as oficinas são complementares aos estudos realizados por consultoria especializada, e que estes estudos, conforme são submetidos ao MME, são validados vis-à-vis aos Termos de Referência que os contrataram. Após todo o processo de validação os estudos serão disponibilizados no site do Ministério de Minas e Energias.

Em seguida, convidou os presentes a fazerem uma breve rodada de apresentações, conforme lista de participantes em anexo (Anexo IV), seguida da abertura oficial realizada pelo Secretário da SGM, Claudio Scliar.

Claudio Scliar – Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral



Na abertura do evento, o Secretário agradeceu a todos pela presença seleta e representativa de atores afetos ao tema, parabenizando os colegas responsáveis pela organização da oficina. Em seguida, fez um breve histórico do PDGMT.

Após falar resumidamente sobre a existência de três planos anteriores, como o ora em desenvolvimento, e as revisões que foram feitas a eles, Cláudio Scliar explicou que Marco Antonio Fonseca, juntamente com Fernando Lins e o próprio Secretário, viram a importância de se fazer um novo plano duo-decenal, lacuna existente desde 1994. Em 2007, chegaram a montar um plano, mas entenderam que este só deveria ser implementado de fato se houvesse um projeto que consolidasse estudos com profissionais da área. A idéia foi apresentada para o Banco Mundial, sendo confirmado no início de 2009.

O projeto aprovado pelo Banco Mundial prevê a realização de 84 estudos que estão sendo elaborados pela consultoria J. Mendo, empresa que venceu a licitação internacional. Após discussão no âmbito na SGM a respeito da magnitude do projeto e das condições internas para esse desafio (pensado em 2007 e concretizado em 2009), chegou-se a conclusão de que a SGM possui capacidade técnica e equipe suficiente e que o projeto é de importância estratégica para o Brasil. Assim, de acordo com avaliação do Ministro, o PDGMT -2010-2010 é uma das ações prioritárias no MME, por isso ele criou um GT governamental e posteriormente uma Secretaria Executiva para operacionalizar os encaminhamentos necessários. O Secretário lembrou que os prazos para os estudos são extremamente curtos e que a equipe deverá se desdobrar para apresentar resultados com a mais alta qualidade.

Dessa forma, a metodologia utilizada para a elaboração do PDGMT 2010-2030 conta com os estudos de base, assim como um conjunto de debates e discussões em oficinas capazes de gerar contribuições para o PDGMT. O objetivo da oficina é, pois, consolidar informações, dados e idéias. O Secretário explicou que havia sido enviado por e-mail e postado no site do Ministério de Minas e Energia um documento com o título “Perspectiva Mineral 1”, que dá uma visão abrangente sobre o processo de elaboração do PDGMT.

Scliar enfatizou que o tema desta oficina é um dos desafios mais sérios para todos os lados e visões – uma aparente contraposição entre os que querem extrair e os que querem a proteção ambiental. Lembrou que recursos minerais também são recursos naturais, e que, de acordo com a filosofia, seria viável o respeito aos recursos bióticos durante a atividade extrativa. Ressaltou a importância sobre a realização de estudos básicos para mapeamento de geodiversidade, assim como se realiza para a biodiversidade. O debate da oficina, segundo o Secretário, será em torno das políticas públicas que manifestem a importância de ambas formas de diversidade.

Scliar concluiu explicando que fora contratada uma equipe especializada, com o intuito de contribuir para que o debate fosse o mais frutífero possível. Ressaltou a importância da Coordenadora Técnica da Oficina, Maria José Salum, que poderá dar grandes contribuições do ponto de vista técnico e da política no Ministério. Apresentou, entretanto, a ressalva de que isso somente teria efeito se somado as outras idéias, pontos de vista e questionamentos.

Reiterando o agradecimento pela presença de cada um, o Secretário da SGM deixou claras suas altas expectativas para a oficina e passou a palavra para Maria Amélia Enríquez, que é membro da Secretaria Executiva do GT do PDGMT 2010-2030.

Maria Amélia Enríquez – integrante da Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho para Elaboração do PDGMT 2010-2030

Com o objetivo de situar os participantes da oficina no processo de construção do PDGMT 2010-2030, Maria Amélia fez uma breve apresentação sobre a estrutura da equipe encarregada pela elaboração do plano e dos processos eleitos para esse fim. Os slides utilizados durante a apresentação encontram-se no Anexo I.

Enríquez explicou que a equipe de elaboração do PDGMT 2010-2030 se subdivide em um Grupo de Trabalho, criado em março de 2009, e uma Secretaria Executiva, criada em julho de 2009. Existe abertura para participação de convidados nessa estrutura, que conta com o Secretário da SGM (coordenador geral), Secretário Adjunto da SGM, Secretaria Executiva do MME, Diretores da SGM, Diretor Presidente da CPRM e Diretor-Geral do DNPM. As diretrizes indicam que o GT é encarregado por traçar as linhas gerais de atuação da equipe, enquanto a Secretaria Executiva seria responsável pelos aspectos operacionais do PDGMT 2010-2030.

Com relação à metodologia eleita para o desenvolvimento do PDGMT 2010-2030, Maria Amélia esclareceu que o intuito foi a inclusão de estudos técnicos existentes, a participação da sociedade e os novos estudos contratados pelo projeto com o Banco Mundial. Esses subsídios deverão culminar na construção de cenários prospectivos para a visão de futuro que se busca na elaboração do plano, que deve, necessariamente, estar harmonizada com outros planos do Governo Federal.

Para elaboração das oficinas, foram selecionadas lideranças de todos os setores afetos aos temas em debate. As oficinas têm caráter consultivo, portanto, não é necessário que sirvam como instrumento para validar pontos de vista nem para a busca de consensos – são exercícios com o registro de pontos de vista a serem considerados em longo prazo como resultado esperado. A lista preliminar de oficinas planejadas encontra-se no Anexo I.

Informou, ainda, que o prazo final para os 84 estudos contratados é o fim do mês de outubro de 2009. A apresentadora explicou que os estudos são validados por técnicos do Ministério e voltam para os consultores para revisão antes de integrar as bases de dados do MME à disposição da equipe do PDGMT 2010-2030.

As fases desse processo são integradas de um diagnóstico, oficinas e a construção de cenários (Fase I), que levarão ao estabelecimento do futuro desejável (Fase II), e, conseqüentemente, às estratégias e planejamento necessários à elaboração final do PDGMT 2010-2030 (Fase III).

Reforçou também que a participação da sociedade no processo não se limita às oficinas – quando as minutas estiverem estruturadas poderão receber críticas e recomendações em seminários regionais e/ou outros fóruns de discussão e participação.

Maria José Gazzi Salum – (Coordenadora Técnica da Oficina) Diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração

Em seguida, Maria José Salum, Coordenadora Técnica da oficina, acrescentou que o tema previsto inicialmente para esta oficina seria composto por áreas especialmente reservadas, com um corte escolhido por existirem várias dimensões relativas ao tema. Ressaltou, ainda, a importância fundamental da oficina, pois seria imprescindível que este exercício incluísse a questão socioambiental.

Segundo Salum, é indispensável que estejam atrelados a esse paradigma não somente brasileiro, mas mundial, em relação aos temas que poderiam ser abordados. Ressaltou a importância de se tratar de restrições e não proibições. O termo “restrição”, por ser muito amplo, foi limitado, para fins de discussão, aos dois temas escolhidos: Áreas de Preservação Permanente, Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Ordenamento Territorial. Apesar da complexidade do tema, que envolve vários aspectos, o olhar múltiplo seria, segundo Maria José, o mais rico nesse momento.

Luís Tadeu Assad – (Moderador)

Em seguida, o moderador da oficina, Luís Tadeu Assad, falou sobre a estrutura de trabalho proposta. Iniciou sua apresentação explicando que a equipe do Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS foi incumbida da missão de conduzir o processo de moderação das oficinas. Frisou que o objetivo desta oficina é um produto que reflita a opinião do grupo e demonstre a interação dos órgãos competentes com a sociedade. Manifestou o desejo de que todos pudessem produzir o máximo possível de resultados nesse sentido.

O moderador reiterou o caráter consultivo da oficina – não se trata de um fórum deliberativo. Devido à complexidade do tema, o registro das percepções dos atores é fundamental, complementarmente aos registros e estudos técnicos. Lembrou que essa oficina faz parte de um processo e que existirão outros espaços de diálogo. Como não se busca um consenso entre os participantes, as opiniões divergentes serão mantidas e deverão ser trabalhadas, com registros não personificados – o que vale é o resultado do grupo.

Informou que os produtos deste trabalho seriam, pois, um relatório técnico de registro do que fora discutido, sem necessariamente acarretar em um aprofundamento na questão técnica. Também seriam registrados os pontos de convergência e divergência e produzida uma matriz de problemas, potencialidades, soluções ao final do processo.

Quanto às orientações para o trabalho a ser realizado, Tadeu explicou que seria feita uma pergunta sobre as principais consequências positivas ou negativas da restrição às atividades minerárias em APPs e Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCUS). Em seguida, seria feita uma priorização de temas a serem discutidos e uma divisão em grupos de trabalho para construção de propostas de solução a curto e médio/longo prazos (5 e 20 anos, respectivamente).

Os slides utilizados durante essa apresentação encontram-se em anexo (Anexo II).

Após a apresentação, passou-se a um breve debate sobre o nome escolhido para a oficina, assim como o levantamento dos pontos relevantes a serem discutidos no âmbito de cada um dos tipos de áreas especialmente protegidas.

Debate, identificação e priorização de temas



Após as apresentações iniciais, alguns participantes sugeriram que o nome da oficina fosse alterado como forma de refletir melhor a intenção norteadora de conciliação entre a extração de recursos minerais e a preservação da biodiversidade. Segundo o entendimento dos participantes, a idéia de “restrição às atividades minerárias” já traria uma conotação negativa, criando uma contraposição entre duas vertentes que, segundo alguns participantes, seriam complementares e não opostas.

Seria, segundo a opinião de um participante, mais interessante buscar identificar, do ponto de vista das legislações vigentes, pontos de colisão e propostas de conciliação. Foram sugeridas algumas novas redações, sempre com a idéia de compatibilização para a boa convivência entre os interesses ambientais e minerais, pois, segundo a opinião da maioria, é preciso que haja viabilidade ambiental e mineral ao mesmo tempo, pois não viveríamos hoje sem o resultado das atividades minerárias.

Foi decidido que seriam considerados como pontos positivos tudo aquilo que funciona bem atualmente no que se refere à relação entre a atividade minerária e a preservação da biodiversidade nas Unidades de Conservação em questão. De forma análoga, os pontos negativos seriam definidos como os aspectos passíveis de mudanças, ajustes e balizamentos para compatibilizar a complementaridade das atividades.

A primeira questão norteadora para contribuição dos participantes ficou, pois, com a seguinte redação:

Quais são os aspectos (conseqüências) positivos e negativos na relação mineração e APP?

Atividades Minerárias em Áreas de Preservação Permanente

Cada participante foi convidado, em seguida, a apresentar um ponto positivo e um ponto negativo sobre a convivência entre uso e preservação, mais especificamente, para o primeiro caso, no sentido de atividades minerárias em APPs. As tabelas a seguir contêm uma sistematização das contribuições dos participantes.

Tabela 1 – Aspectos Positivos

(+) POSITIVO				
Conclusões	O sistema atual possibilita a preservação ambiental nas APPs	Atualmente existe a possibilidade de exploração mineral sustentável em APPs		
Contribuições dos Participantes	Preservação da qualidade dos recursos hídricos e do solo	Mineração em APP é possível e já regulada satisfatoriamente	Existe a possibilidade de minerar	Não consigo ver aspectos positivos nessa relação (situação atual)
	Preocupação com o meio ambiente	Desenvolvimento do setor mineral	É possível preservar e minerar em APP	
	Cuidados especiais com as APPs	Inserção da atividade mineral na sustentabilidade	Permite a exploração sustentável – Busca atender o mercado consumidor	
	Preservação de serviços ecossistêmicos	As APPs são positivas, quando em áreas prioritizadas, como ocorre nos países desenvolvidos	Permite mineração em APP nos casos de interesse da comunidade	
	Controle do impacto ambiental em áreas que envolvam APPs, que tenha importância sob os pontos de vista da biodiversidade	Mineração em topo de morro descaracterizada (sem vegetação) possibilita o reflorestamento da APP pós lavra	Controle ambiental definido tecnicamente pela resolução CONAMA 369/06 com instrumentos em condições, em especial: <ul style="list-style-type: none"> • Estudo prévio de impacto; • Licenciamento ambiental; • Necessidade de demonstrar resistência de alternativa técnica e locacional. 	
	Preservar é a palavra de ordem!	Rigor ambiental nas APPs levam a projetos minerais mais comprometidos com a sustentabilidade	Existência de legislação para medidas de consumo	
	Preservação do meio ambiente e qualidade de vida	Resolução 369 CONAMA permite mineração sustentável em APP	Possibilidades criadas pela Resolução CONAMA 369	
		Praticar a mineração com respeito, na medida do possível, à preservação das condições ambientais	Avanço na relação mineração X APP/ APCS Resolução 369	

Tabela 2 – Aspectos Negativos

(-) NEGATIVO				
Conclusões	Existem riscos e impactos ambientais em APPs inerentes à extração de minerais	Existe limitação e/ou inibição da exploração da atividade minerária		
Contribuições dos Participantes	Minerações nas margens de corpos d'água comprometendo a qualidade dos recursos hídricos	Limitação às atividades minerárias	Não restringir a mineração em sua totalidade em APP	Resolução 369 CONAMA não permite mineração de brita, areia e argila
	Alta possibilidade de danos à biodiversidade e recursos hídricos, especialmente por descumprimento de condicionantes de licenciamento ambiental	Não atendimento da população à demanda de material de Construção civil em áreas urbanas	Restrição à atividade mineral e outras com conseqüências sócio-econômicas sérias para o país	Em todo o Brasil não dispomos de informações (ZEE) das APPs
	Atinge a biodiversidade	Limitações ao aproveitamento recursos/riqueza mineral	Ignora a geodiversidade	Ser preciso, onde se pode ou não minerar
	Perda de biodiversidade	As APPs quando criadas sem estudos prévios do potencial mineral inibem o aproveitamento dos recursos minerais	Protege exageradamente o meio ambiente	Recursos minerais ocorrem com grande freqüência em APP. Necessidade de aproveitamento
	Mineração descaracteriza APP, pois retira partes estruturais do ecossistema e suas funções	Usado o conceito de APP, com rigor, poderá inviabilizar grande parte da mineração	Restrição <i>a priori</i> impede o debate	Protege o meio ambiente sem discutir o problema
		Restrição à mineração com o argumento simplista de preservar o ambiente		

(-) NEGATIVO – continuação				
Conclusões	A extinção do conceito de classes na Resolução 369 do CONAMA comprometeu o processo de conciliação entre a atividade minerária e a preservação ambiental	Existem conflitos entre mineração e APPs	Deficiências na fiscalização e processos de licenciamento	A ausência de ordenamento territorial gera dificuldades para o licenciamento da atividade minerária
Contribuições dos Participantes	Extinção – Conceito de classes na legislação mineral comprometeu parâmetros para licenciamento ambiental	Conflito com reserva legal. Competência do superficiário imposta ao minerador	Fiscalização deficiente	Ausência de ordenamento territorial limita a atividade minerária – Utilidade Pública
	Na extinção das classes de minerais, as resoluções CONAMA que regulavam licenciamento a partir da classe do mineral explorado perderam força. Licenciamento com estudos mais simples, que não o EIA/RIMA (estudo mais complexo), ficam sujeitos a demanda judicial, atrasando a exploração	O minério está onde está e não onde quer que a gente esteja	Falta de conhecimento sobre o setor mineral por parte dos órgãos ambientais	Dependência de Plano Diretor no caso de utilidade / Abrangência das áreas
		O conflito entre APP e mineração é comum e constante	Distinção entre tipos de atividades minerais	Conceito de utilidade pública – Diverge no caso da mineração
		Existem conflitos de interesse em torno da legislação	Distinção inadequada de interesse social dos minerais e utilidade pública (legislação)	
		Dificultam integração dos atores (dono da terra X minerador) (órgão ambiental X minerador). Entre órgãos legais, conceitos e distinções		

A equipe do MME auxiliou, durante o intervalo que seguiu, na classificação dos insumos para discussão posterior em categorias/assunto. Foi acordado que, para cada item, seriam convidados dois participantes para uma breve explanação/debate para fins de entendimento, no caso de existir necessidade para maiores esclarecimentos sobre o entendimento do item.

Os seguintes itens foram encontrados para os aspectos negativos:

1. A extinção do conceito de classes de minerais, na Resolução 369 do CONAMA, comprometeu o processo de conciliação entre a atividade minerária e a preservação ambiental;
2. Existem conflitos entre mineração e APPs;
3. Existem riscos e impactos ambientais inerentes à extração de minerais;
4. Existem deficiências na fiscalização e nos processos de licenciamento;
5. A ausência de ordenamento territorial gera dificuldades para o licenciamento da atividade minerária;
6. Existe limitação e/ou inibição da exploração da atividade minerária.

Com relação ao segundo item, foi solicitada uma especificação dos conflitos que seriam tratados. Foram apresentados alguns exemplos, como a rigidez locacional da atividade minerária, pois não se pode modificar a conformação da natureza, existindo restrições para uso nas APPs que necessitem de supressão de vegetação e exigência de averbação para pesquisa de viabilidade. Além disso, foram mencionados alguns pontos da Resolução CONAMA 369 que causam alguns conflitos:

- a) a restrição adicional para minerais de interesse social, que se traduz na impossibilidade de mineração em locais de nascente, a despeito da existência de tecnologias para preservação de nascentes, o que parece inviável para “minerais sociais”, como a argila, necessária para a fabricação de telhas e tijolos, e que pela própria formação geológica já vem em ambientes de nascentes e olhos d’água;
- b) a definição de nascente é muito frágil e ampla – qualquer surgimento de água natural pode ser considerado como uma nascente;
- c) a averbação da reserva legal diz que quando há contratos onerosos entre o dono da terra e o minerador, o minerador é obrigado a averbar a reserva legal, o que é impossível, pois contradiz a lei, causando conflitos potencialmente muito ruins para o proprietário e o minerador.
- d) Por fim, foi lembrado que não há lei que obrigue municípios pequenos a realizar ordenamentos territoriais.

Foi criticada a distinção entre minerais, pois se demonstrou opinião majoritária que todos os minerais estão relacionados com o bem-estar, sendo, pois, todos os minerais de interesse

social. Segundo a maioria, não caberia uma discriminação para fins de tratamento diferenciado. Como contraponto, foi resgatado o intuito da distinção, que foi o de impedir que minerais de mais fácil acesso para os que praticam a mineração informal, sem controle ambiental, pudessem ser extraídos de forma que suprimisse nascentes, restingas e dunas. A necessidade individual, sobrepondo-se à necessidade coletiva, teria dado origem ao conceito de minerais de interesse social. Alguns participantes demonstraram sua discordância com esse ponto de vista, argumentando que a complexidade da extração para diferentes fins (e.g. para fabricação de vidro e de concreto) seria a mesma, e que se alguém extraísse um mineral sem o devido processo, sofreria penalidades. Considerou-se essa distinção como um entrave com o potencial de prejudicar todo um setor produtivo, denominada por um participante como uma “imposição de dois pesos, ou duas medidas” para uma mesma atividade, não existindo distinção entre grande mineração e pequena mineração.

Foi reiterado pelo MME o posicionamento de discordância com a distinção entre atividade pública e atividade de interesse social. Outro ponto considerado de interesse foi a restrição contida no parágrafo 2º do artigo 1º da Resolução 369, mesmo para casos nos quais a atividade mineral é de utilidade pública para a supressão de dunas, restingas etc. Somente as nascentes não se incluem nessa restrição.

Adicionalmente, argumentou-se que haveria uma assimetria na legislação vigente, sendo que a Resolução CONAMA 369, abaixo hierarquicamente da Lei (Mata Atlântica) faria uma restrição para a atividade que a última permite. Foi também lembrado o caráter social do problema, que, segundo o participante, não existiria em melhores condições socioeconômicas.

Concluiu-se que existem de fato conflitos entre a atividade minerária e a preservação ambiental, e que seria necessário se fazer uma opção balanceada e justa em cada situação. É ponto passivo que deve haver limitação, devendo-se chegar a um ponto de equilíbrio. Argumentou-se que a Resolução CONAMA 369 fez uma tentativa de se chegar a tal ponto de equilíbrio, inclusive com a distinção entre atividades de interesse público e social.

Em seguida, foram eleitos os itens de riscos e impactos inerentes à atividade minerária (item 3) e limitações e/ou inibições à exploração da atividade minerária (item 4) para aprofundamento durante o trabalho em grupos.

Dentre os aspectos positivos na relação entre atividade minerária e áreas de preservação permanente identificados pelos participantes, conforme Tabela 1, foram observados os seguintes pontos:

- i. Há preocupação com o meio ambiente;
- ii. É possível minerar em APP na situação atual;
- iii. Não há pontos positivos.

Foi decidido que os pontos negativos eleitos se complementam com os positivos, sendo a seguinte redação escolhida para discussão do item relativo à atividade minerária em APPs nos grupos de trabalho, sob uma perspectiva de curto e médio/longo prazo:

“Como evitar impactos ambientais em APPs sem inibir a atividade minerária?”.

Atividades Minerárias em Unidades de Conservação de Uso Sustentável

Antes de dar início à identificação de aspectos a serem discutidos nesta segunda questão, foi solicitada uma definição de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCUS) para fins de nivelamento dos participantes quanto ao conceito a ser trabalhado. Foi explicado que as APPs não consideradas como Unidades de Conservação, porque elas são determinadas por características do meio físico e não biótico (topo de morro, margens de rios, nascente, etc). Para que uma área seja considerada uma Unidade de Conservação, entretanto, exige-se um ato do poder público para criá-la e a justificativa de sua criação são suas características bióticas. Unidade de Conservação classificada como de uso sustentável significa que é permitido o uso dos recursos naturais presentes naquela área, respeitadas algumas condições. Existem 12 tipos de UCs na legislação brasileira, que vão desde APAs, de uso pouco restritivo, até aquelas com usos mais restritos, dependendo dos atributos da área. No caso da atividade minerária, ainda há dúvidas sobre o que pode ser feito ou não nas diferentes categorias de UCs de Uso Sustentável.

Foi lembrado que existem algumas indagações jurídicas sobre a possibilidade da existência de mineração em FLONA quando no seu Decreto de criação isso não foi previsto. O que tem acontecido é a proibição da atividade sob a alegação de que ela não coincide com os objetivos de uma FLONA. Argumentou-se, ainda, que mesmo quando a atividade está prevista no Decreto de criação da Unidade o local onde ela poderia ocorrer seria determinado pelo Plano de Manejo da unidade, tendo o minerador que aguardar a elaboração deste Plano.

Foi feito um breve relato de uma situação até então inédita para o Secretário da SGM, na qual uma mina estaria 500 metros abaixo de um parque. Os participantes manifestaram suas interpretações sobre como casos como este seriam tratados legalmente. Foi lembrado que o Plano de Manejo deveria levar em conta todo o espaço da Unidade de Conservação de Uso Sustentável, inclusive seu subsolo.

Lembrou-se que muitas vezes a legislação, ao tratar das UCs, leva em consideração os aspectos legais e técnicos, sem levar em conta aspectos da geodiversidade. Foi criticada a falta de avaliação do potencial e da realidade de produção mineral durante a criação de áreas de proteção ambiental. Foi também lembrado o fato de que o Brasil, em comparação com exemplos como Canadá e Austrália, é considerado o “gigante adormecido”, por não aproveitar o potencial de exploração mineral. Ressaltou-se que Canadá e Austrália são países que fizeram uma escolha consciente conciliando a mineração com a preservação.

Com relação à ausência da questão mineral nas decisões sobre criação de Unidades de Conservação, representantes do MMA e MME explicaram que existe participação do setor mineral nos processos, e que as dificuldades têm surgido apenas nos casos em que existem incertezas jurídicas.

Foi levantado como um problema grave o fato de que a elaboração de um Plano de Manejo pode levar cinco anos ou mais, e não é viável que uma atividade econômica tenha que esperar esse tempo para saber se pode ou não atuar em certa região da UC. Foi ressaltado que o ICMBio vem buscando resolver esse problema.

Foi esclarecido que, para o exemplo da mina abaixo do parque, o problema suscitado seria a imutabilidade do entendimento da lei. Tem que se pensar melhor, na opinião do participante, a relação desse segmento da economia com o setor ambiental. Foi levantada a hipótese de se usar a proposta de Limitação Administrativa Temporária – LAP, que determina um prazo para que sejam debatidas e discutidas as unidades que serão criadas naquela área, para estudos da geodiversidade da área. Segundo alguns participantes, existe uma necessidade de se preservar o que é importante, mas também de se aproveitar o que é necessário.

Foi enfatizada a necessidade de planejamento, pois o orçamento que diminui a cada ano faz com que os espaços de convergência não se traduzam em interfaces de fato. É preciso que existam recursos para a realização de estudos para que se possa determinar o que poderá ou não ser feito. Ainda acerca do orçamento, foi lembrado que atualmente se investe uma parcela ínfima do orçamento da União em Unidades de Conservação. Se essa quantia fosse dobrada, estariam resolvidos os problemas do ICMBio para que os estudos e os planos de manejo saiam no tempo desejado, sem impactos perceptíveis para o orçamento. É do interesse de todos fazer com que as pendências nesse sentido se resolvam rapidamente.

Foi levantada a questão de licenciamento ambiental nas zonas de amortecimento. Foi esclarecido que está em discussão uma proposta de resolução para licenciamento ambiental na zona de amortecimento de Unidades de Conservação que não têm Plano de Manejo.

Lamentou-se a questão da ilegalidade que traz impactos negativos e dolosos ao meio ambiente, saúde etc. O Secretário Claudio Scliar esclareceu que existe um cuidado muito grande neste sentido por parte do MME – que era exclusivamente freqüentado pelas grandes empresas, mas que atualmente mantém as portas abertas para os grandes e para os pequenos. Há um conjunto de ações para legalizar a ação garimpeira, que é uma atividade que sofre com a ilegalidade no mundo inteiro, mesmo que em menor escala em países

desenvolvidos. A política, segundo o Secretário, do ponto de vista da regularização de atividades garimpeiras, tem sido severa, em parceria com a Polícia Federal e todos os órgãos competentes para lidar com repressão a atividades irregulares e ilegais. Lembrou-se que não se trata de um problema simples. É preciso que os pequenos sejam considerados, e ações recentes do Ministério têm demonstrado essa preocupação.

Em seguida, foram sistematizados os pontos levantados durante a discussão, para priorização e formulação da questão norteadora para a discussão em grupos, a saber:

- Criação de UCs em áreas sem informações geológicas precisas;
- Na definição da criação da UC, os limites do subsolo não têm sido delimitados;
- Setor mineral não é ouvido na criação de UCs (*fato em dissenso no grupo*);
- Há limitações orçamentárias para elaboração dos Planos de Manejo;
- Demora na elaboração do Plano de Manejo immobilizando as atividades.
- A atividade minerária não coincide com os objetivos da UC, gerando incertezas jurídicas para desenvolvimento da atividade;
- Foi iniciado processo de interação positiva entre MMA e MME;

Também foram brevemente discutidos os pontos levantados e considerou-se a aglutinação de pontos relacionados, como a demora na elaboração do Plano de Manejo e as limitações orçamentárias para este fim.

Como tema para discussão, foi eleito o primeiro ponto. Foi apresentada a opinião que uma discussão acerca da falta de recursos para realização de estudos seria ingênua, pois não significa que UCs não sejam necessárias. Não se deveria limitar a discussão à atividade minerária, pois o que interessa é a sobrevivência da humanidade. Portanto, sugeriu-se que a redação da questão norteadora para discussão em grupos deveria ser:

“Como estabelecer critérios claros de criação de UCs de forma segura que não cause prejuízo à atividade produtiva, à sociedade e ao meio ambiente?”.

O investimento no conhecimento do subsolo deve ser acompanhado do investimento no conhecimento do que deve ser preservado. Desconhecimento do valor mineral ou natural impossibilita a tomada de decisão. Há que se admitir o grau de ignorância do próprio critério.

Foi esclarecido que o que se busca, a despeito da redação dada ao ponto, é justamente esse tipo de solução. É necessário que o conhecimento seja aprofundado, pois existe uma

disparidade no tempo necessário para que se obtenha o grau de conhecimento necessário acerca da biodiversidade e dos recursos minerais.

Reiterou-se a necessidade de evitar a dicotomia, lembrando-se que recursos minerais são recursos naturais. Questionou-se, também, a competência unilateral de um único órgão para a criação de UCs, prevendo-se o fracasso desse modelo no horizonte futuro. Foi suscitada a necessidade de transparência e controle nos processos de decisão sobre o que deve ser explorado e em que proporção. Foi discutida a criação de mecanismos de consulta pública para a criação de UCs e, por outro lado, para a concessão de lavras. Foi resgatada a questão do tempo necessário para a geração do conhecimento mínimo para a liberação de atividades ou não, pois a biodiversidade pode ser eliminada irreversivelmente se tiver que esperar dez anos para ser protegida, enquanto uma jazida permanecerá durante esse período. Como contraponto, foi exposto o argumento de que a sociedade “construída por nós não sobreviveria hoje sem a atividade minerária”, mas existem diversas maneiras de se recuperar a biodiversidade, inclusive para espécies antes tidas como extintas. A demanda por recursos minerais é criada pelos seres humanos, não pelas empresas. Reiterou-se a necessidade de conhecimento.

Para fins de balizamento de uma discussão, suscitou-se a hipótese de inclusão de um levantamento geoambiental nos critérios de fundação de uma UC, lembrando-se que “não há exploração mineral legal sem licença ambiental, sem EIA Rima”.

Por fim, decidiu-se que a segunda questão norteadora para a discussão em grupos teria a seguinte redação:

“Quais são os critérios para criação de UCs de Uso Sustentável que não prejudicam nem a preservação nem a atividade minerária?”.

Em seguida, foi apresentada a proposta de se eliminar o terceiro ponto de discussão, que seria o ordenamento territorial. Argumentou-se que muitas das questões ora discutidas poderiam ser resolvidas pelo ordenamento, que poderia inclusive ajudar na negociação entre as partes sobre o uso dos recursos minerais e a preservação ambiental. Decidiu-se que o ordenamento seria um instrumento, uma proposta de solução, e, portanto, não haveria necessidade de discutir esse ponto, considerando o tempo disponível para as demais atividades da reunião.

Grupos de Trabalho



Com a escolha das questões a serem discutidas pelos grupos de trabalho sob os aspectos de curto e médio/longo prazo (5 e 20 anos, respectivamente), os participantes se dividiram em dois grupos. O primeiro foi incumbido de identificar propostas de soluções, atores necessariamente envolvidos na busca dessas soluções e o compromisso possível das instituições para esse fim no prazo de cinco anos. O segundo grupo responsável pela exposição das mesmas informações para um horizonte de vinte anos.

Cada grupo iniciou a discussão com uma avaliação das questões norteadoras, ajustando a redação para melhor refletir o que seria discutido. Ressalta-se que, devido ao constrangimento de tempo, não foi possível a discussão para preenchimento de todos os itens da tabela (Anexo III). Ao final, as propostas de cada grupo foram levadas ao conhecimento da plenária da oficina.



Consta dos encaminhamentos dessa reunião o envio dos resultados alcançados para possíveis contribuições adicionais dos integrantes do grupo.

Grupo de Trabalho de Curto Prazo (5 anos)

A seguir, a lista de participantes do GT de Curto Prazo:

Nº	Nome	Órgão
1	Cássio Roberto da Silva	CPRM – RJ
2	Cláudia Salles	IBRAM
3	Doralice Assilati	DIFIS/DNPM
4	Fábio França Silva Araújo	SBF/MMA
5	Flavio Erthal	DRM – RJ/ABEMIN
6	José Augusto Vieira Costa	GB/MME
7	José Mendo Mizael de Souza	APROMIN
8	Maria José Salum	SGM/MME
9	Maria Tereza Castro	SGM/MME
10	Onildo Marini	ADIMB
11	Raimundo Moraes	MP/PA
12	Wilson Pereira	SGM/MME

As consideração e propostas de soluções encontradas pelo grupo estão listadas a seguir:

GRUPO I - Curto Prazo (5 anos)	
Questão priorizada	Considerações e propostas de soluções
Como minimizar impactos ambientais em APPs sem inviabilizar totalmente as atividades minerárias?	Conhecimento e normatização sobre que APP queremos?
	A resolução CONAMA 369 já traz abertura para as atividades e define como trabalhar a parte da resolução
	Estabelecer parâmetros para definição de baixo impacto, que é abordado atualmente de forma genérica (o MME está desenvolvendo conceituação do que seja este parâmetro).
	A resolução CONAMA 369 define dois tipos de mineração e essa diferenciação precisa ser revista. Que critérios serão utilizados se a atividade é possível?
	Detalhar procedimentos e critérios com transparência e governança social
	Licenciamento ambiental especial, considerando escalas de produção, tipologia e processo de descentralização da gestão mineral
	Criar políticas de incentivo ao conhecimento e descoberta
Como estabelecer critérios claros e quais critérios para a criação de UCUS?	Considerar a geodiversidade e biodiversidade
	Criação de um grupo de discussão entre os atores para intercâmbio de informações e para ampliar e qualificar o processo
	Ampliar a transparência e governança sobre os processos minerais e de criação de UCs
	Estabelecer processos claros para definição de critérios para criação de UCs - legitimidade dos atores
	A interação entre meio ambiente e mineração tem sido mais tranquila do que com outros setores
	Melhoria do processo de licenciamento ambiental: simplificação, redução do número de etapas, qualificação dos órgãos licenciadores, melhoria dos Termos de Referência e qualificação dos técnicos para produzir estudos de melhor qualidade
	Como preservar o ecossistema e manter a atividade mineral? Utilizar mosaicos, criar áreas que promovam a proteção, mas que absorvam as atividades econômicas (reserva de desenvolvimento sustentável - RDS); dar tempo para ampliar o conhecimento
	Garantir recursos no orçamento da União para o conhecimento mineral e da biodiversidade
	Política de incentivo ao conhecimento da biodiversidade e da geodiversidade, com mecanismos de governança e transparência
	Grupos de estudo para consolidar entendimento com força normativa que compatibilize os objetivos da UC e atividade de mineração
	O setor mineral poderia auxiliar na elaboração de planos de manejo da UC. Ex: doações voluntárias permitidas no SNUC

Grupo de Trabalho de Médio/Longo Prazo (20 anos)

Abaixo se apresenta a lista de integrantes do GT de Médio/Longo Prazo:

Nº	Nome	Órgão
1	André Afonso Ribeiro	MMA/SOF/DAP
2	Carlos Eugênio Farias	SNIC
3	Enir Mendes	SGM/MME
4	Flávia Karina Rangel Godoi	IEMA-ES/ABEMA
5	Frederico Bedran Oliveira	SGM/MME
6	Gerlena Maria S. de Siqueira	CONJUR/MMA
7	Iran Machado	Consultor do PDGMTM
8	José Guedes	CPRM – RJ
9	Josiane A. Silva	SGM/MME
10	Maria Amélia Enriquez	SGM/MME
11	Rinaldo César Mancin	IBRAM

A seguir, o resultado das discussões do Grupo de Trabalho de Médio/Longo Prazos:

GRUPO II - Médio/Longo Prazo		
Questão priorizada	Considerações e propostas de soluções	Compromisso Institucional
Como <u>minimizar</u> impactos ambientais em APP sem inibir a atividade minerária?	Ampliar o conhecimento da biodiversidade e geodiversidade	Ampliar parcerias com Estados e Municípios
	Fortalecer o sistema de licenciamento	
	Zoneamento territorial (como definidor do sistema de licenciamento)	
	Investir em inovações tecnológicas menos impactantes para extração e transporte do minério em APPs	
Quais seriam os <u>novos critérios</u> para criação de UC de Uso Sustentável que não prejudicam nem a preservação nem a atividade minerária?	Meta de UCs para Amazônia é de 30% e para o restante do país é de 10%. O MMA prevê que essas metas sejam atingidas nos próximos 5 anos, portanto para o médio/longo prazo o desafio será monitorar. Já para o bioma marinho, a meta de 10% tem apenas 1,4% hoje, portanto, haverá migração de conflitos. Melhorar os indicadores de monitoramento de áreas.	Compatibilização das políticas públicas entre as instâncias governamentais. Essa integração precisa estar formulada (não apenas como um "acordo entre cavalheiros")
	Flexibilizar legislação de forma atrelada a estudos de uma perspectiva de estratégia nacional.	MME e MMA devem estar dispostos a fazer reavaliações periódicas. Dinâmica em função de contingência de mercado e interesse nacional.
	Conhecimento das interações da biodiversidade e da geodiversidade para definição do capital natural crítico a ser preservado.	Canalizar recursos da mineração para pesquisas - integrar com o rearranjo da distribuição de royalties para investir em C&T.
	Permitir estudos científicos <i>a posteriori</i> à criação da UC	
	Uso do recurso jurídico "Limitação Administração Temporária" para fins de geodiversidade, atualmente há apenas para a biodiversidade (7 meses)	

Avaliação e Próximos Passos

É imprescindível que exista a atividade minerária para sustentação dos meios de vida e do atual modelo de desenvolvimento humano. Igualmente importante para sustentação da humanidade é a preservação da biodiversidade de forma que permita a manutenção das funções ecológicas essenciais à sobrevivência das espécies. É patente a necessidade de conciliação entre as duas vertentes de forma complementar e não concorrente. Somente com a coexistência do uso e da preservação poderá o ser humano transpor a aparente limitação imposta à sua capacidade de constante superação, crescimento e desenvolvimento.

O Plano Duo-decenal de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – PDGMT não poderia vislumbrar um futuro para o setor que não trouxesse em seu cerne a devida atenção para com os aspectos ambientais que necessariamente impõem o ritmo para suas atividades. Igualmente sem efeito, seria uma visão de futuro construída à revelia das percepções, interesses, anseios, visões e desejos da sociedade que afeta e é afetada pelo setor. É de suma importância que exista um planejamento para determinação do norte a ser buscado em cada ação dos tomadores de decisão incumbidos de realizar o potencial do setor em atendimento às necessidades da sociedade brasileira.

É louvável, pois, a iniciativa da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, que, por meio de um processo envolvendo o mais avançado e apurado conhecimento técnico, aliado às necessidades e interesses da sociedade, busca traçar os rumos para o setor nos anos vindouros. Não há dúvida quanto à complexidade do tema, que busca encontrar em escolas outrora vistas como opostas, a compatibilidade e convivência harmoniosa. Portanto, é necessário que sejam tomados os devidos cuidados a fim de assegurar o sucesso dessa ousada proposta.

A oficina ora relatada apresentou um vasto leque de opiniões, posicionamentos e visões que enriqueceu profundamente a discussão, fornecendo subsídios sem dúvida ímpares para os responsáveis pela elaboração do Plano. Foram registradas preocupações, incertezas e dificuldades que enfrentam os atores, neste desafio de conciliar a atividade minerária e a preservação ambiental. Mais importante, logrou-se uma superação da visão conjuntural, para uma visão estruturante de um futuro em que seja possível a tomada de decisão consciente acerca do que deve ser preservado e do que pode ser utilizado com critérios.

A representatividade dos participantes, assim como seu grau de inserção e conhecimento acerca dos temas discutidos, foi essencial para a construção deste rol de contribuições. Não seria possível convidar a todos os que podem trazer contribuições para o processo, portanto foi certamente um exercício de alto grau de dificuldade o convite de instituições e especialistas a serem convidados.

Adicionalmente aos objetivos da oficina, o propósito e a interação entre estes representantes institucionais, marcadamente será um passo importante para a definição de novos espaços de diálogo e possíveis ações conjuntas na busca do desenvolvimento do setor alinhado com o imperativo da sustentabilidade.

Dando continuidade a esse processo, serão realizadas novas oficinas temáticas para complementação dessa oitiva, que culminará na realização de trabalhos de construção de cenários para o setor para os próximos vinte anos. Em seguida, serão sistematizadas as informações geradas, que, juntamente com os 84 estudos técnicos realizados, servirão como base para a elaboração do Plano Duo-decenal de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

Encaminhamentos

Ficou decidido que seria elaborado, em seguida à oficina, um relatório contendo uma síntese das discussões e debates realizados, assim como uma sistematização das sugestões e encaminhamentos. Esse relatório seria revisado pelos representantes do Ministério de Minas e Energia e posteriormente disponibilizado para os participantes da oficina para validação e contribuições posteriores. Em seguida, seria divulgado publicamente no site do Ministério para outras colaborações. Havendo a opinião de que não teriam sido alcançados todos os objetivos deste debate em forma de consulta pública, existem possibilidades para realização de outros encontros e criação de outros espaços e fóruns de discussão.

Anexos

Anexo I: Apresentação Maria Amélia Enríquez

Ministério de Minas e Energia - MME
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM
DNPM CPRM

**PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA,
MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL**

PDGMT 2010/2030

Apresentação na oficina "Áreas Especialmente Reservadas e Mineração"

Brasília, 01 de outubro de 2009

SUMÁRIO

1. Grupo de Trabalho e Secretaria Executiva do PDGMT
2. Etapas do Plano e as Oficinas

PDGMT 2010 - 2030

GRUPO DE TRABALHO MME

Portaria MME (DOU 18/03/2009)

GT PARA ELABORAÇÃO DO PDGMT 2010-2030

- .Secretário SGM (coordenador geral)
- .Secretário Adjunto SGM
- .Secretaria Executiva MME
- .Diretores SGM (4)
Thales Sampaio (GM)
- .Diretor Presidente da CPRM
- .Diretor-Geral DNPM

CONVIDADOS

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 MESES

PDGMT 2010 - 2030

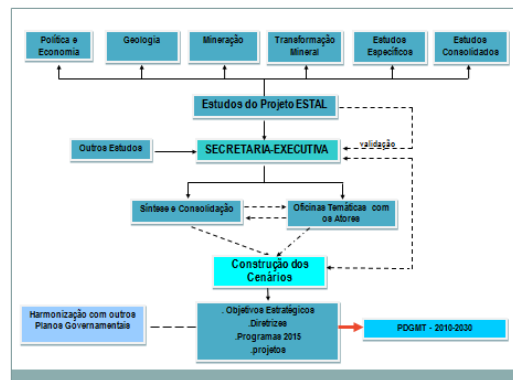
SECRETARIA-EXECUTIVA

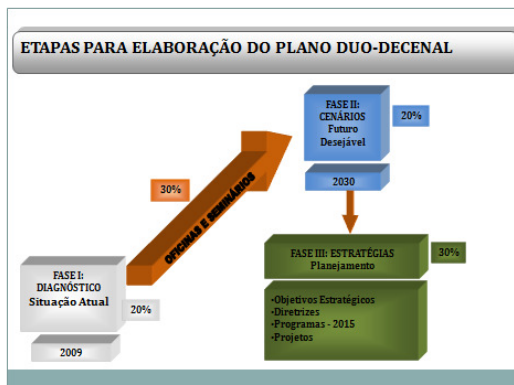
Portaria SGM (DOU 07/07/2009)

Apoiar o GT na Elaboração do PDGMT 2010-2030

- .Fernando Lins (coordenador)
- .Telton Correa
- .Maria Amélia Enríquez
- Thales Sampaio*
- Frederico Bedran Oliveira & Wilson Pereira
- .João César de Freitas Pinheiro
- .Antonio Fernando Rodrigues
- .Mathias Heider
- .Luiz Oliveira
- .José Guedes
- .Irineu Capeletti

CONVIDADOS





PDGEMT 2010 - 2030 **Planejamento de Oficinas**

1. Mineração e Áreas Reservadas 01/out
2. Cooperativismo/Associativismo/Garimpagem
3. Geologia e Pesquisa Mineral
4. Agrominerais
5. Metálicos: Mineração e Metalurgia
6. Não-Metálicos: Mineração e Transformação 15/out
7. P,D&I na Indústria Mineral 22/out
8. Tributação e Agregação de Valor na Indústria Mineral 26/out
9. Competitividade e Sustentabilidade da Indústria Mineral 29/out

Seminários regionais e nacional (ainda a definir)

Anexo II: Apresentação Luís Tadeu Assad


PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Oficina temática com lideranças e instituições representativas

Restrições às Atividades Minerárias: Áreas de Preservação Permanente, Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Ordenamento Territorial

Metodologia de Trabalho


Facilitação do Processo



PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Agenda da Oficina


- 09:30 – Abertura Oficial
- 10:00 – Plano Duo-decenal: objetivos e processo de construção
- 10:15 – Apresentação agenda e dinâmica da Oficina
- 10:30 – Apresentação individual (nome, instituição e função)
- 10:45 – Trabalhos participativos
- 11:30 – Intervalo
- 11:45 – Trabalhos participativos
- 13:30 – Almoço
- 14:30 – Trabalhos Participativos
- 17:15 – Encerramento



PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Objetivo Principal
Oficina Técnico-Participativa

Debater as principais questões que afetam a dinâmica do segmento no curto, médio e longo prazos e possíveis propostas para construção do futuro, em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.



PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

“Premissas”
Oficina Técnico-Participativa


- O tema é complexo – necessita de consultas para gerar algo consistente...
- Esta reunião é consultiva e construtiva!
- Esta reunião é parte de um processo – existirão outros espaços de diálogo;
- TODOS têm direito a colocar suas opiniões;
- Não é necessário que haja o consenso ;
- Serão mantidas todas as opiniões divergentes, que serão devidamente consideradas e trabalhadas ;
- Os registros não serão personificados – Vale o resultado do grupo;
- Outras propostas serão bem vindas (considerar prazo e o processo);
- O material gerado servirá de base para construção do Plano Duo-decenal



PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

“Regras de Convivência”
Oficina Técnico-Participativa


- Deve haver respeito entre todos os participantes;
- Procurem respeitar os horários combinados;
- Os celulares, se possível, devem estar desligados ou no silencioso;
- As respostas e propostas devem ser claras e objetivas – evitem discursos!
- Participem, discutam, coloquem suas posições – ajudem a construir!



PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Produtos da Oficina Técnico-Participativa

- Relatório técnico com a síntese das discussões realizadas na oficina, incluindo apresentações e foto-comentário;
- Principais pontos de convergência e divergência;
- Matriz de Problemas – Potencialidades – Sugestões.





PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Orientações ao trabalho

1ª Parte – Respostas por perguntas apresentadas

- 1) Quais são as principais consequências positivas ou negativas da restrição às atividades minerárias em APPs
- 2) Quais são as principais consequências positivas ou negativas da restrição às atividades minerárias em Unidades de Conservação de Uso Sustentável
- 3) Quais são as principais consequências positivas ou negativas da restrição às atividades minerárias no Ordenamento Territorial (ZEE estaduais e outros instrumentos)

Final: Agrupamento de Respostas



PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Orientações ao trabalho


2ª Parte – Priorização: Consequências mais marcantes

- 1) Ponto de vista conjuntural
- 2) Ponto de vista estruturante

3ª Parte – Construção de Propostas de Solução

- 1) Curto Prazo (5 anos)
- 2) Médio e Longo Prazos (10 – 20 anos)

Considerar: *Quem deve estar envolvido na solução?*
Como seu grupo ou instituição pode fazer parte da solução?



PLANO DUO-DECENAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Equipe de Facilitação

Luís Tadeu Assad
Eric Sawyer
Flávio Silva Ramos

www.iabs.org.br



Anexo III: Tabela de orientação para os trabalhos em grupo

GRUPO - Prazo (Curto ou médio/longo)			
Questão priorizada	Propostas de soluções	Quem deve estar envolvido	Compromisso institucional
Pergunta 1			
Pergunta 2			

Anexo IV: Lista de Participantes

Oficina: Restrições às Atividades Minerárias em Áreas de Proteção Permanente e Unidades de Conservação de Uso Sustentável para o Plano Duo-decenal de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

Data: 01/10/09 **Horário:** 09h30 às 18h00

Local: Ministério de Minas e Energia, Sala Plenária – 9º andar

Nome	Órgão	Cargo/Função
1. Ali Saab	AGE – MAPA	Técnico
2. Aline M. Maha	SAE – PR	Gerente de Projeto
3. André Afonso Ribeiro	MMA/SOF/DAP	Analista Ambiental
4. Carlos Eugênio Farias	SNIC	
5. Cássio Roberto da Silva	CPRM – RJ	Chefe do Departamento de Gestão Territorial
6. Claudia Salles	IBRAM	Gerente
7. Claudio Scliar	SGM/MME	Secretário
8. Cristina P. Bicho	DNPM Sede	Analista de Recursos Minerais
9. Diego Pereira de Oliveira	SGM/MME	Analista de Infra-Estrutura/Geólogo
10. Doralice Assirati	DIFIS/DNPM	Especialista em Recursos Minerais
11. Enir Mendes	SGM/MME	Analista de Infra-Estrutura
12. Fábio França Silva Araújo	SBF/MMA	Diretor de Áreas Protegidas
13. Fernando Lins	SGM/MME	Diretor DTTM
14. Flávia K. Rangel Godoi	IEMA-ES/ABEMA	Gerente de Licenciamento em Mineração
15. Flávio Erthal	DRM–RJ/ABEMIN	Presidente/Vice-Presidente
16. Frederico Bedran Oliveira	SGM/MME	Analista de Infra-Estrutura
17. Gerlena Maria S. de Siqueira	CONJUR/MMA	Coordenadora Geral de Assuntos Jurídicos
18. Grahal Benatti	ICMBio	Chefe APA do Planalto Central
19. Iran Machado		Consultor
20. José Augusto Vieira Costa	GB/MME	Analista de Infra-Estrutura
21. José Guedes	CPAM – RJ	Coordenador Executivo PR
22. José Mendo M. de Souza	APROMIN	Presidente
23. Josiane A. Silva	SGM/MME	Analista de Infra-Estrutura
24. Maria Amélia Enríquez	SGM/MME	Assessora
25. Maria José Salum	SGM/MME	Diretora de Desenvolvimento Sustentável da Mineração
26. Maria Tereza Castro	SGM/MME	Assessoria Jurídica
27. Mario Lessa Sobrinho	MINEROPAR	Assessor de Relações Ext.
28. Onildo Marini	ADIMB	Secretário Executivo
29. Raimundo Moraes	MP/PA	Coordenador do Núcleo de Meio Ambiente
30. Raquel Vilela	ASCOM/MME	Jornalista
31. Rinaldo César Mancin	IBRAM	Diretor de Meio ambiente
32. Simone Caldeira	DNPM	Procuradora Jurídica
33. Wilson Pereira	SGM/MME	Geólogo